

O problema dos índios, segundo o Cimi

de Santa Catarina. Destes, Darcy Ribeiro assinou o documento final no Simpósio, denominado "Declaração de Barbados". O Cimi, portanto, não tem nenhuma ligação com o tal documento.

Outro fato apontado e que estaria relacionado ao complotado contra o Brasil, foi uma tal "reunião técnica" realizada em 1981 na cidade de Puyo, Equador. A matéria devia estar-se referindo à "Reunião Técnica sobre Problemas das Populações Indígenas da Região Amazônica" convocada pelo próprio governo daquele país.

A instalação do encontro foi feita pelo ministro do Bem-estar do Equador e contou inclusive, com a participação de delegados e observadores governamentais de outros países. O Brasil esteve representado por Pedro Carlos da Rocha Neves e Carlos da Costa Fonseca, funcionários das embaixadas brasileiras no Equador e Colômbia, respectivamente.

Participaram também da reunião a antropóloga Alcida Rita Ramos, da Universidade de Brasília, Manuela Carneiro da Cunha, atual presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), e os índios Alvaro Sampalo Tukano, Domingos Veríssimo Terena e Marcos Terena. Novamente, nenhuma ligação tem o Cimi com o documento final do encontro (publicado em "Anuário Indigenista", vol. XXI, dez. 81, órgão de divulgação do Instituto Indigenista Interamericano, da OEA).

Em matéria do dia 11 de agosto, deu-se destaque ao "Informe Constituinte nº 15", editado por Júlio Gaiger, assessor jurídico do Cimi. A publicação de fato existe, e constitui um instrumento de informação às bases missionárias, bispos e organizações ligadas ao Cimi sobre o desenvolvimento do processo constitucional.

Como muitas outras organizações, o Cimi, no "Informe", procura avaliar, à luz dos interesses indígenas e populares, o comportamento dos parlamentares e prever os possíveis desdobramentos na Constituinte. O objetivo é manter a mobilização em torno desta atividade histórica e decisiva para o Brasil. Trata-se, ainda, de material de circulação restrita.

Os perfis publicados são feitos com o mesmo espírito com que outros foram elaborados e divulgados, como o da Folha de São Paulo e o "Quem é Quem" do Departamento Interindustrial de Assessoria Parlamentar (DIAP). A identificação dos parlamentares mobilizados contra os interesses e direitos dos indígenas é feita através do exame permanente das propostas e emendas por eles subscritas; como de resto, os outros setores da sociedade classificam os parlamentares favoráveis ou não aos seus interesses.

O relatório apresentado pelo Regional Amazônia Ocidental, do Cimi, também lembrado, foi relatado durante a VII Assembleia Nacional do Órgão Indigenista, em Goiânia (GO), no mês de junho último. O texto historia as vantagens e prejuízos trazidos pela estrada BR-364, cuja construção, no passado, levou os Nambikwara a tal estado de miséria que o médico Noel Nutels, do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), chamou a situação de a "Blafra Brasileira". O texto tinha por objetivo conceber as formas pelas quais o desenvolvimento não agrida as populações indígenas, que até agora têm pago o pior preço pelo alardeado progresso.

Os boletins relativos às reuniões da tal Association of Tin Producing Countries são completamente desconhecidos do Cimi. A única vinculação de que se teve notícia entre os produtores de estanho malaios e a política indigenista brasileira (que, evidentemente, não é implementada pelo Cimi, mas pelo governo) foi a citação de Octávio Lacombe, presidente da Parapanama, em uma palestra proferida em 1985, na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Transcrita pelo *Journal do Comércio*, de Manaus, em sua edição de 19 de novembro daquele ano, a afirmação de Lacombe, criticando os malefícios causados pelo garimpo, foi a seguinte:

"É difícil, outrossim, compreender o benefício ou o atendimento social que a atividade garimpeira, como ocorre hoje em dia, pode oferecer ao seu desenvolvimento. Na realidade, nenhuma elevação social se verifica, nessa atividade. Ao contrário, como se viu anteriormente, a condição social do trabalhador garimpeiro torna-se extremamente aviltada.

Não bastassem todos esses aspectos negativos, eis como a atuação garimpeira existente hoje no Brasil é vista pelos países produtores de matérias-primas minerais e portanto concorrentes nossos, conforme publicação na revista *'Minérios'* de agosto/85, sob o título:

'Os Malaios têm novos aliados: os Garimpeiros. Um documento esboçado em reunião recente do Conselho Internacional do Estanho, onde os produtores malaios exercem forte influência, sugere que os países associados apostam em dois fatores para refrear a produção brasileira do estanho: a política indigenista e a ação dos garimpeiros."

Agora essa citação, o Cimi só veio a tomar conhecimento da questão do estanho malaios através das reportagens ora abordadas.

Finalmente, o mapa, realmente elaborado pelo Cimi, Cedi e Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Ecológicas, foi, no entanto, publicado com várias alterações. O mapa verdadeiro e original teve por fontes aqueles produzidos pela Funai e, a partir deles, identificou grandes projetos que, direta ou indiretamente, atingem populações indígenas. Referido mapa encontra-se à venda no Cimi há mais de um ano, podendo ser adquirido por qualquer pessoa e, ademais, já tendo sido enviado a vários órgãos governamentais.

O Conselho Indigenista Missionário, órgão anexo da CNBB, está, desde a sua criação, em 1972, engajado na luta pela redenção das relações entre a nossa sociedade e os índios. O motor deste engajamento é a fé dos seus membros, cuja missão pastoral resume-se na palavra de Cristo: "Eu vim para que tenham a vida e a tenham em abundância". (Jo, 10,10).

A Igreja pós-conciliar renunciou ao "compelo intrare" de uma fé imposta. As palavras da encíclica "Evangelii Nuntiandi" (nº 31) mostram o significado dessa renúncia: entre evangelização e promoção humana — desenvolvimento, libertação — existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, profundos: laços de ordem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da criação do plano da Redenção, um e outro a abraçarem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade: como se poderia, realmente, proclamar o mandamento novo sem promover na justiça e na paz o verdadeiro e o autêntico progresso do homem?"

É por isso que o "missionário levanta sua voz profética para a denúncia das reais ameaças de vida dos povos indígenas. A denúncia profética a partir destes povos-restos não questiona somente o modelo sócio-econômico e os padrões culturais da sociedade envolvente, mas também a prática da sua religião e a vivência da sua fé" (cf. Suess, Paulo. *Inculturação e Libertação*, "in" *Cálice e Cula — Petrópolis, Vozes, Cimi, 1985, pág. 86*).

Em outros tempos, a atuação missionária da Igreja foi criticada por reduzir-se à mera catequese; os antropólogos participantes no Simpósio sobre a Fricção Interétnica na América do Sul, realizado em Barbados, em 1971, declararam que "a presença missionária tem significado uma imposição de critérios e padrões alheios às sociedades indígenas dominadas, que sob um manto religioso encobrem a exploração econômica e humana das populações aborígenes". (La Situación del Indígena en América del Sur — col. Biblioteca Cien-

tífica — Motevideo, Tierra Nueva, 1972, pág. 502/503).

Em março de 1973, o representante da Funai no simpósio de Indigenismo realizado em Culabá, sob patrocínio da Universidade do Mato Grosso, afirmou que discordava de qualquer trabalho religioso junto aos grupos indígenas porque "tentando salvar as almas esquecem-se de salvar o corpo, como esquecem estão de sem o corpo não poderão salvar as almas" (cf. O Estado de S. Paulo, 31 de março de 1973).

Com a criação do Cimi e sua vinculação à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Igreja católica comprometeu-se com a missão nova, não mais "esquecendo o corpo" dos índios. A defesa intransigente da causa indígena levou muitos missionários ao martírio, nos últimos anos — inclusive neste — e agora critica-se a Igreja por defender a vida dos índios no Brasil.

Em sua atuação junto às nações indígenas, o Cimi busca sempre assessoria especializada de antropólogos, etnólogos e juristas, procurando orientar-se segundo as indicações científicas. As convicções do Cimi, em relação à questão indígena, não são, portanto, fruto da reflexão apenas teológica; são fruto de estudos e experiências interdisciplinares, e da permanente avaliação da atuação concreta dos missionários.

AS ALTERNATIVAS PARA OS POVOS INDÍGENAS

Um breve retrospecto sobre a história das relações entre índios e "brancos" no Brasil poderá revelar que há de verdade nas matérias em questão e mostrar a verdadeira conspiração que, sem dúvida, está em andamento contra os interesses brasileiros. Além disso, será possível constatar as duas únicas alternativas que restam para as populações indígenas no Brasil: ou continuam sendo vítimas do extermínio permanentemente iniciado há quase milênios ou verão interrompido esse processo pelo qual age deliberadamente a sociedade dominante.

Em "Os Índios e a Civilização", o antropólogo Darcy Ribeiro analisou os fenômenos que reduziram as populações indígenas no Brasil em cerca de 95% desde 1500. Há estimativas de que os índios, naquela época, totalizavam seis milhões de indivíduos, hoje reduzidos a, no máximo, 250 mil pessoas.

A Darcy Ribeiro interessou verificar as características das diversas formas de avanço da civilização ocidental sobre os territórios indígenas. E, referindo-se ao trabalho do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), conclui que "a obra de pacificação atende mais às necessidades de expansão da sociedade nacional que aos índios".

Em seu estudo, Darcy Ribeiro afirma que entre as várias formas de compimento a que foram submetidos os índios, destacam-se as de natureza sócio-econômica, resultantes da formação capitalista de caráter neo-colonial da sociedade brasileira. A consequência foi a apropriação das terras indígenas "para a exploração extrativista ou para novas fazendas agrícolas e pastoris", juntamente com o alijamento das populações indígenas como "mão-de-obra barata para ser desgastada na produção de mercadorias". Darcy Ribeiro escrevia isso em 1957. Contudo, de 1900 àquele ano, 87 grupos tribais tinham sido extintos.

Já um outro estudioso, Shelton Davis, em "Vítimas do Milagre", ocupa-se da história mais recente da ocupação econômica da Amazônia. Partindo das teses de Darcy Ribeiro, Davis retorna à política indigenista oficial da primeira metade dos anos 70 e fecha o círculo com as estratégias de ocupação da região a partir do Programa Polamazônia.

Afirma Shelton Davis que é clara a tentativa do governo brasileiro de institucionalizar "um tipo de política indigenista similar ao praticado nos Estados Unidos". Shelton lembra que "há cerca de um século o Escritório de Assuntos Indígenas dos Estados Unidos vem arrendando os recursos minerais, as águas e as terras indígenas", levando à aculturação dos povos nativos e à expropriação de suas terras. "Tendo em vista a grande escala em que se está desenvolvendo a atividade econômica na Amazônia — afirma Davis —, só se pode prever que o mesmo destino espera as tribos indígenas remanescentes no Brasil."

ALTERNATIVAS

Diante da destruição de centenas de povos indígenas e com os estudos científicos que analisam as causas desta destruição, existem somente duas posições possíveis. Ou se deixa tudo como está, permitindo que os índios desapareçam sucumbidos a uma civilização mais poderosa, ou se rejeita a continuidade deste processo, em homenagem à inteligência e dignidade humanas.

No primeiro caso, poderíamos afirmar, como Von Ihering, diretor do Museu Paulista em 1910, que não sendo os índios senão "um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio".

Outra postura seria rejeitar a aplicação deste darwinismo rudimentar às relações entre sociedades. Dessa forma, a extinção dos povos indígenas deixa de ser uma fatalidade da evolução social, mas antes corresponde ao exercício de uma vontade, pela qual a sociedade dominante age deliberadamente em prejuízo das sociedades dominadas.

Para alterar esta pretensa fatalidade, no apelo de Ailton Krenak, coordenador da União das Nações Indígenas, "é necessário, portanto, corrigir as omissões e desvios jurídicos que não lograram evitar a destruição de centenas de povos tribais, para que se inicie o resgate desta dívida". (O Constituinte nº II, 10/16 de maio de 1987.)

É exatamente neste sentido que o Cimi vem atuando junto à sociedade, aos povos indígenas e, neste ano, à Assembleia Nacional Constituinte.

— O Cimi não propõe, nem nunca propôs, a adoção do estatuto de soberania restrita para as terras indígenas, principalmente pela inadequação da fórmula para o caso dos povos indígenas no Brasil;

— O Cimi não propõe a internacionalização da Amazônia, que já está, de fato, internacionalizada; propõe, sim, o retorno do controle da Amazônia e de seus recursos a mãos brasileiras, especialmente os próprios amazônidas, incluídos os índios;

— O Cimi não tem nenhuma articulação ou relacionamento com cartéis de mineração, sejam eles estatais ou privados, brasileiros ou transnacionais;

— O Cimi faz profissão de fé na brasilidade dos constituintes, e espera que a futura Constituição reflita adequadamente os anseios do povo brasileiro, e que se mantenham os dispositivos incluídos no Projeto de Constituição sobre os direitos indígenas;

— O Cimi repudia as acusações que lhe foram assacadas, mercê do engodo, da fraude, falsificação e/ou manipulação desvirtuada de documentos.

Por derradeiro, é de se estranhar que em momento que se concita toda a sociedade brasileira a participar da elaboração da nova ordem jurídica-econômica-social do País, somente a Igreja, importante seguimento dessa sociedade, sofra restrições e objeções por sua lúbrica aspiração à preservação da etnia indígena.